

# PODER E ESPAÇO (ESCALA E LUGAR): das concepções à instrumentalização de conceitos

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao longo da história da Ciência Geográfica, alguns conceitos têm sido abordados com o objetivo da compreensão do real, seja este social ou natural. O objetivo desta reflexão consiste especificamente de um viés do subcampo da Geografia Humana que, em sua produção, tem se preocupado com as perspectivas sociais. Neste sentido, este ensaio trata de compreender como alguns autores têm pensado alguns conceitos geográficos – espaço, escala, cartografia e lugar – e suas relações com o conceito de poder. A proposta ainda demonstra um exemplo de instrumentalização destes conceitos através das relações de poder, quando da utilização da Cartografia enquanto responsável pela tensão das hegemonias em diversas escalas. É importante destacar que esta reflexão não se trata de objetivar o esgotamento das discussões a respeito destes conceitos, tampouco tem arcabouço suficiente para tal propósito.

**Palavras-Chave:** Poder; Espaço; Escala; Cartografia.

## POWER AND SPACE (SCALE AND PLACE): from conceptions to the instrumenization of concepts

**Abstract:** Throughout the history of Geographical Science, some concepts have been approached with the objective of understanding the real, be it social or natural. The purpose of this reflection consists specifically of a bias in the subfield of Human Geography that, in its production, has been concerned with social perspectives. In this sense, this essay tries to understand how some authors have thought some geographic concepts - space, scale, cartography and place - and their relations with the concept of power. The proposal also demonstrates an example of instrumentalization of these concepts through power relations, when using Cartography as responsible for the tension of hegemonies at various scales. It is important to emphasize that this reflection is not about objectifying the exhaustion of the discussions regarding these concepts, nor does it have a sufficient framework for this purpose.

**Keywords:** Power; Space; Scale; Cartography.

## INTRODUÇÃO

A ciência geográfica tem, em sua historicidade, abordado temáticas que vão ao encontro ao funcionamento da sociedade e dos sujeitos que a compõem. É neste sentido que esta reflexão caminha, em abordar de maneira sucinta alguns conceitos que têm se apresentado enquanto fundamentais para as reflexões das ciências humanas e, mais especificamente, da Geografia.

Gomes (2009) propõe que pensemos a Geografia e o desenvolvimento dessa disciplina na abordagem de conceitos a partir das perguntas que possam ser sugeridas na compreensão de um fenômeno específico ou, em outras palavras, como afirma o autor, este campo específico do saber científico não provém da unidade de um objeto (posse de um fenômeno), mas sim dos questionamentos que

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - [uilmer@ufmg.br](mailto:uilmer@ufmg.br).

podem ser gerados a partir deste e, posteriormente, a utilização de conceitos específicos.

Os conceitos que aqui proponho refletir, trata-se do conceito de espaço, lugar e escala, sobretudo na relação destes com o conceito de poder (que não tem matricialmente surgimento da Ciência Geográfica). É, de maneira bastante breve, mas cuidadosa, que podemos observar e analisar as perspectivas de alguns autores que irei apresentar ao longo do texto; Massey (2000, 2004, 2008), Raffestin (1993), Bourdieu (1989, 2008), Weber (2003) e Corrêa (2000).

Posteriormente a essa explanação a respeito dos conceitos e suas relações, o texto avançará para um exemplo prático da instrumentalização de conceitos (ou da apropriação dos mesmos enquanto vivência e [nova] ordem do discurso), a utilização da cartografia enquanto tensionamento do poder hegemônico, com base em Santos (2006, 2011) e Harley (2009).

Longe de afirmar que essa proposta é um ‘engessador’ do pensar Geográfico a respeito destes conceitos, porém concentra-se em estabelecer algumas das possíveis formas de serem refletidas ao longo do desenvolver dessa ciência. Ainda que de modo bastante inicial, justamente o objetivo está em um ponto de partida a respeito dessas questões e um modo de colaborar com o enriquecimento deste quadro teórico.

## **CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS ACERCA DE ESPAÇO (ESCALA E LUGAR) E PODER E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE CONCEITOS**

Para começar este momento de reflexão, é necessário que estabeleçamos um ponto pelo qual partiremos para a compreensão acerca do que a Ciência Geográfica e áreas correlatadas, através da interdisciplinaridade, podem colaborar para a compreensão acerca do conceito de ‘espaço’ e sua relação com ‘poder’, migrando para outros conceitos como território e escala, que também consistem o escopo desse campo específico do saber.

Há uma constante busca por um ‘objeto’ pelo qual a Ciência Geográfica deveria se propor em analisar ou, em outras palavras, tomar posse, ao longo de toda uma história científica. Não foram poucos os autores que se preocuparam na tentativa de localizar um ‘motivo’ para se fazer ciência sob uma perspectiva Geográfica. No entanto, a partir da noção de que a ciência pode ser definida enquanto um campo de conhecimento que para ser legitimado deve haver lastro empírico e teórico, possibilitando a validação ou falseamento de suas perspectivas, podemos estabelecer diálogo com Gomes (2009), que afirma que a Ciência Geográfica deve se preocupar em estabelecer perguntas a respeito do fenômeno e não, especificamente, buscar um objeto de análise. Segundo o autor, a Ciência Geográfica se dá pelo questionamento acerca de determinado fenômeno (enquadrando conceitos específicos àquela realidade específica) e não pela posse de um objeto. Cabe, ainda afirmar, que Gomes (2009) afirma algo que será importante para a tomada de um norte na presente reflexão. Nas palavras do autor:

Haverá, contudo, sempre uma geografia quando o fenômeno da dispersão espacial construir a questão central do problema. A Geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial. A

unidade não provém do tipo de fenômeno, provém do tipo de pergunta. (GOMES, 2009, p. 27)

Ora, com base no autor, então, podemos compreender que, havendo dispersão espacial, ou seja, a constituição de um espaço (geográfico) relacional, haverá sempre a necessidade/possibilidade de se pensar de maneira geográfica. Sendo assim, a pergunta que se faz necessária neste momento, trata-se de compreender de maneira mesmo que breve (afinal, este texto corresponde a um ensaio), como a Geografia tem pensado, sob a perspectiva de alguns autores geógrafos e outros que dialogam com esta ciência, as relações entre 'espaço' e 'poder'.

O espaço, para Corrêa (2000), é resultante das relações sociais, como também se estabelece enquanto elemento fundamental para a manutenção destas mesmas relações. Sob este aspecto, o autor afirma então que o espaço não se estabelece de maneira pré-discursiva, tampouco corresponde a uma compreensão que denomina enquanto 'rasa', de uma planície isotrópica, mensurável (de ponta à ponta) matricialmente, porém de um espaço que somente se faz presente a partir do discurso (e das interrelações, obviamente). O espaço então compreende as práticas sociais dos sujeitos e suas relações de poder e, a partir destas relações o espaço pode ou não ser modificado ou (re)adaptado.

Outra autora de grande relevância científica quando da discussão acerca do conceito de espaço, é Massey (2004). A autora inicia a sua discussão afirmando que há uma necessidade pertinente de se preocupar com os conceitos de espaço e espacialidade que, embora sejam de maneira geral amplamente utilizados, sobretudo o primeiro conceito, carecem de profundidade em suas análises. Para tanto, a autora define três premissas acerca do espaço; 1) O espaço é produto das inter-relações, 2) O espaço é esfera de multiplicidades (segundo a autora, sem as multiplicidades, o espaço não existe e vice-versa, portanto o espaço e as multiplicidades são co-constitutivos) e 3) O espaço está sempre em processo de devir de, nunca terminado, ou seja, é dinâmico. Nas palavras de Massey (2004):

Assim, nesta forma de imaginar as coisas, o espaço é sem dúvida um produto de relações (primeira proposição) e, por ser assim, deve ser também multiplicidade (segunda proposição). Entretanto, estas não são absolutamente relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, "tudo está (já) relacionado com tudo". Neste modo de imaginá-lo, o espaço pode não ser, nunca, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões foram estabelecidas, e na qual tudo já está interligado com tudo. (MASSEY, 2004, p. 09)

Essa discussão que, nos leva a compreender o espaço de maneira que dialoga com Corrêa (2000), porém que nos permite ir 'além' do que o autor nos traz a respeito, consiste na ideia de que o espaço não apenas se estabelece de maneira discursiva, como é também, concomitantemente, o mesmo discurso. Se, para Corrêa (2000), as práticas sociais dos sujeitos modificam o espaço e sua relação com este espaço, para Massey (2004) as práticas sociais e o espaço são co-constituintes, ou seja, qualquer modificação nas práticas sociais são também, de maneira concomitante, a modificação no espaço. Esse espaço com aspecto claramente dinâmico, atrelado às práticas sociais, a autora denomina enquanto espacialidade. Como afirma a autora:

(...) A espacialidade é também uma fonte de produção de *novas* trajetórias, de *novas* estórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças (é interessante e significativo

como o argumento neste ponto é limitado pela indisponibilidade de uma linguagem adequada). (MASSEY, 2004, p. 18)

Anteriormente a essa reflexão proposta pela autora acerca da tríade que propõe para compreender o espaço, que corresponde a uma definição de um espaço (des)ordenado, um resultado do que, mais posteriormente, em Massey (2008), a autora irá chamar de um 'estórias-abertas-até-agora', já problematizava em Massey (2000) uma reflexão acerca do caráter elusivo do lugar, em 'Um sentido global do lugar', enquanto um recorte conceitual que parte, inicialmente, do conceito de espaço.

Julgo importante destacar de maneira breve, que há muito na Geografia se considerou o conceito de lugar enquanto um fechamento do espaço em relação ao tempo, ou seja, considerá-lo enquanto um sistema fechado e atemporal. O que Massey (2000) propõe é que consideremos o lugar não mais como um sistema fechado, mas como um encontro de trajetórias (e de histórias) onde, de um modo ou outro, haverá sempre o trunfo do poder nas relações.

A autora então propõe algumas 'premissas' para que pensemos o conceito de maneira mais progressista; a primeira delas consiste em pensarmos o lugar como um 'processo', não como uma coisa. Justifica, como os marxistas, se o capital não é uma coisa, mas um processo, as relações sociais se estabelecem da mesma forma e deste modo também o lugar.

A segunda, consiste em pensar que não há fronteiras no sentido de 'fechamento', da demarcação definida de relações, mas fronteiras que diferencial os acontecimentos e processos de outros, que colocam as similaridades e os encontros de trajetórias específicos em relação a outros.

A terceira é que os lugares não se constituem apenas de harmonias, porém também de conflitos. Como trata-se de compreender o conceito com um 'encontro de trajetórias', é justificável compreender que haverá relações harmoniosas e conflituosas. Por último, Massey (2000) destaca que nenhuma das premissas apontadas elimina o caráter de especificidade do lugar. Embora o lugar não se trate, sob essa perspectiva, de uma soma de longas histórias, duradouras em uma linearidade ao longo do tempo, consiste da trama de inter-relações que dialogam entre si, seja de maneira conflituosas ou como aliança; como a autora destaca, uma 'soma de trajetórias', ou uma justaposição de múltiplos olhares que consistem em se concentrar em um recorte específico de espaço (tempo-espaço) que, embora não se feche, é bastante demarcado.

Nota-se então, que Massey (2000, 2004) em nenhum momento esquiva-se em localizar primordialmente o poder enquanto constituinte (ponto principal) do espaço e, por sua vez, como demonstrado de maneira breve, do lugar. Seriam então as relações sociais intrinsecamente relações de poder? Para a autora e para Corrêa (2000), sim. No entanto, não nos limitemos apenas a afirmar tal ponto sem dialogar com outros autores que, de modo específico, compreendem o conceito de poder (e das relações sociais/poder).

Bourdieu (1989) é um dos autores que pode colaborar na compreensão acerca de poder. Para tanto, o autor afirma que o poder é intrínseco às relações sociais, ou seja, onde há relação, há poder. Ainda acrescenta que o poder não se revela em um só sentido (direção), porém é uma força que necessita da ação de um sujeito e da reação de outro. No entanto, embora afirme que o poder não é unidirecional, ou seja, não se estabelece sem alianças/conflitos entre sujeitos, há sempre uma relação desigual decorrente de uma classe em detrimento de outra.

Dentro dessa discussão, avança para o que denomina de 'poder simbólico' que, em rápidas palavras, consiste em uma força que classifica/estratifica sujeitos em decorrência de suas apreensões do real. Tais apreensões serão elevadas à condição de hegemônicas, de acordo com uma história não linear, mas que ao longo do tempo se valida nas diversas relações sociais e outras, enquanto não hegemônicas. Deste modo, sujeitos que exercem papéis (e significados) do real, ou seja, constroem determinados simbolismos e não outros, podem ser colocados à condição de, como afirma o autor, dominados ou dominantes.

Essa estrutura de poder é estruturante e estruturada, sendo, a partir disso, resultante das relações sociais, dos interesses individuais e de determinado grupo e, para além, impondo significados à outro grupo – mantendo-o dominado. A noção do poder simbólico sob posse de apenas uma classe em detrimento de outra, leva em consideração o não conhecimento da arbitrariedade da elaboração de sentidos dessa classe e a descentralização desse poder, segundo o autor, cabe a partir do conhecimento de tal arbitrariedade, que consiste então em uma tomada de consciência e de 'libertação', um tensionamento em um campo de poder (simbólico).

Tal compreensão acerca de poder, nos compreende caminhar para outro conceito trabalhado pelo autor, presente em Bourdieu (2008). Constrói um argumento a partir do conceito de *habitus*, que se relaciona à constituição do espaço social e do espaço simbólico. O que o autor discute enquanto *habitus* se relaciona à uma soma de práticas e ações dos sujeitos que os diferencia através de suas apreensões de realidade (como exemplo, utiliza matrizes opostas de gostos/costumes que diferenciam sujeitos, tais como; jogar futebol x jogar golfe, tocar piano x tocar acordeão). Deste modo, a partir do *habitus*, os sujeitos constituem determinadas localidades do espaço social e simbólico, de modo que suas práticas irão fazer correspondência especificamente às suas especificidades. Seria então o *habitus* um fator de diferenciação espacial e individual constituinte das relações de poder.

Em cima desta noção, o *habitus* enquanto um estratificador social, avança para uma discussão acerca da existência de uma sociedade de classes marcada por um espaço social significado de diversas formas pelos sujeitos de acordo com a relação entre as diversas formas de capital (simbólico, social, político e cultural).

O parágrafo acima, nos permite agora retornar à Massey (2000, 2004) e Corrêa (2000), como cuidadosamente podemos inferir que tratam do conceito de espaço de maneira diretamente relacionada ao conceito de poder. Se a espacialidade abordada por Massey e as práticas sociais abordadas por Corrêa consistem, de maneira resumida, o espaço, então fica claro que, na compreensão de Bourdieu (1989) a respeito de poder e Bourdieu (2008) a respeito de *habitus*, o espaço é talhado de maneira concomitante ao poder e, por suposto, às relações.

Raffestin (1993) imprime papel fundamental para as discussões acerca de poder na Geografia. Em diálogo com Foucault, o autor assinala que o poder trata-se de uma relação – ou seja, é definido a partir de dois ou mais sujeitos, tendo como base a ação e a reação (resistência). Deste modo, a compreensão de poder aqui não está embasada em um poder de um executor e um receptor (oprimido e opressor), mas de uma relação estabelecida, mesmo que de maneira dissimétrica. Ainda, o autor afirma que, no recorte do Sistema Capitalista, as relações de poder que se estabelecem de maneira dissimétrica (termos do autor), estão apoiadas na extração do mais valia e da 'dependência amigável' que o trabalhador tem enquanto vínculo com o patrão.

É possível, deste modo, estabelecer as conjecturas que tratam a respeito de espaço e poder entre os autores com os quais até agora foi estabelecido diálogo. Neste caminho, ainda é válido afirmar que para Raffestin (1993) as relações de poder são existentes a partir das relações quando há interesses nestas relações sobre algum trunfo; território, população e/ou recursos. Toda relação de poder estará embasada em algum interesse, podendo ser equilibrada ou desigual. Deste modo, o poder só se estabelece a partir de um ambiente relacional onde se constroem apreensões do real e a valoração deste real.

Por outro lado, fica dúvida a interpretação das discussões do autor supracitado, quando o mesmo discute a respeito da apropriação da Geografia de conceitos como o de espaço e território. Ao contrário do que parece demonstrar Gomes (2009), brevemente discutido no início deste texto, ou o que afirma Massey (2000, 2004) a respeito do conceito de espaço e do conceito de espacialidade, Raffestin (1993), em diálogo com o francês Lefebvre, afirma que o espaço antecede o território e, com suas palavras, afirma que o espaço seria uma 'prisão original' e o território a prisão sobre o espaço que os homens constroem para si.

Tal compreensão que eleva os conceitos tidos como de posse da Ciência Geográfica a uma análise de níveis, ou seja, de supressão escalar, pode causar certa marginalização de um conceito em relação a outro e, muitas vezes, acaba por tratar apenas superficialmente de aspectos que no real devem ser abordados de maneira complexa. Ainda, mesmo com o demonstrado, é importante destacar que, embora haja limitações na análise do geógrafo político Raffestin (1993) a respeito de conceitos e, sobretudo, da representação do real através dos mesmos, quanto ao poder, apresenta um ponto de partida para que a compreensão que se tem na atualidade, muito influenciada pela matriz Foucaultiana, do conceito de poder e sua relação com os conceitos geográficos, sobretudo o espaço.

O caminho que pode-se perceber tido tomado até o momento nos leva para a noção de que, se o espaço é modificado ao longo do tempo, ou seja, é dinâmico e sempre está em um processo de devir (MASSEY, 2004), pois se estabelece de maneira discursiva e assim relacionada aos sujeitos sociais e suas relações de poder, em cada esfera social ou recorte de realidade haverão configurações diferentes de espaços, relacionados ao poder. Tal afirmação é pertinente quando afirmo que, os autores que trato de explicar nesta breve reflexão têm o cuidado de inferir, mesmo que de maneira sucinta, que suas análises são sempre relacionadas a sistemas sociais específicos, como o Sistema Capitalista de Produção (que, atualmente, arrisco dizer, é hegemônico de maneira global).

E, de modo que o atual sistema econômico (político e social) se concentra sobretudo em acumulação de renda resultante da exploração da força de trabalho de uma classe por outra (colaborando para as compreensões até aqui a respeito de poder e espaço), pode-se achar em um outro conceito da geografia pertinência teórica para nesta pequena revisão ser abordado, sobretudo na relação que têm com as matrizes sociais; escala.

O exercício que fiz até o momento foi de localizar, justamente, as compreensões fundamentais de autores que tratam a respeito de poder, com relação direta ou indireta, com o conceito de espaço e, de modo breve, com o conceito de lugar (MASSEY, 2000). Como o objetivo deste texto consiste em apresentar as discussões (obviamente de maneira arbitrária, porém pertinente) a respeito de Poder, porém de modo específico, na Geografia, avanço sobre as discussões sobre Escala, que se apresenta enquanto um potencial conceito na

Geografia, quando consideramos tal conceito na mesma perspectiva relacional que os outros aqui apresentados.

Santos (2006) destaca que o conceito de escala é um dos principais conceitos apreendidos pela Geografia enquanto um componente das relações sociais, como também, correspondente à dimensão dos fenômenos. O autor traduz isso, quando afirma que à priori, a divisão inicial que se tem na ciência em questão acerca de 'escala', é trata-la como 'escala geográfica' e 'escala cartográfica', sendo a primeira correspondente à dimensão e à variação da ordem e funcionamento de determinado fenômeno e a segunda um recorte mensurável, uma representação a partir de uma medida.

O autor afirma que, no entanto, a partir de Lacoste e Revel, a escala cartográfica e a geográfica são indissociáveis, ou seja, estão intrinsecamente ligadas. A partir disso, a compreensão de que um fenômeno, a partir de um recorte dimensional, não altera apenas o tamanho de representação, mas todo funcionamento; como exemplo, assim como em variáveis escalas de uma cidade há diferentes configurações de relações sociais, na representação de recortes determinados por uma escala gráfica, ex. 1:100.000, o que varia não é apenas o tamanho quando da alteração desta escala para 1:10.000, porém os detalhes dessa representação.

Por esse aspecto, ao se tratar de escala, também se trata de questões de poder, onde há uma heteronomia clara que, em outros aspectos, também se coloca em outras relações. O que Santos (2006) delimita é a maneira como essa interpretação se apreende no real e impele nas relações uma noção equivocada e desigual sobre hierarquias, dificultando a compreensão de que as relações sociais são pluriescalares.

A noção de uma não hierarquia entre escalas, apresentada através de uma crítica afirmada por Buleon (2002), autor cujo qual Santos (2006) dialoga, consiste na noção de que as escalas se inter cruzam através dos sujeitos que as compõem através de suas relações, fazendo com que os fenômenos e o funcionamento do real tenham em suas composições elementos de outras escalas que os sujeitos carregam com base em suas trajetórias. Isso significa que, por mais que em determinada escala, como na nacional, ocorram fenômenos relacionados à tal, há elementos presentes de outras escalas e isso ocorre de maneira co-constitutiva. Isso se justifica pelas redes sociais estabelecidas segundo a modernidade capitalista (ou a pós-modernidade atual, como para alguns autores) e o amplo efeito da globalização que, segundo Harvey acerca do capitalismo, comprime o espaço através do tempo.

Ainda, a escala não se coloca apenas como um instrumento heurístico-analítico, porém como uma própria dimensão da dinâmica socioespacial. Isso significa que, segundo Santos (2006), devemos tratar de escala não somente a partir de um viés instrumental, uma apropriação conceitual para analisar determinado recorte espacial, porém compreender que através da escala as relações ocorrem e, tratando deste modo o conceito, é compreender que as escalas comportam-se como nós nas relações sociais, que se interpelam e permitem os sujeitos terem vivências múltiplas. A partir do autor: "A escala nos aparece, portanto, com uma arena ou esfera de regulação, de produção de ordenamentos (lógicos) nas vinculações entre objetos e ações." (SANTOS, 2006, p. 124)

Na compreensão apresentada por Santos (2006) a respeito da escala, é ainda válido colocar que, um dos instrumentos de tensionamento do poder hegemônico que, se estabelece na relação entre o que Raffestin (1993) determina enquanto

poder do Estado e de outras escalas de poder (outros atores – palavras do autor), é a utilização da cartografia. Nisso, colabora Santos (2011), a respeito da cartografia social que, afirma o autor, trata-se de um objeto de representação do espaço e escala, porém não enquanto uma mera ilustração, mas como um instrumento de apropriação de escalas espaciais e, ainda além, como um objeto de empoderamento de sujeitos (atores) não hegemônicos.

Santos (2011) inicia sua discussão afirmando que a cartografia e o processo de desenvolvimento do produto cartográfico tiveram sua evolução acompanhando o fenômeno da modernidade e, por muito tempo, se concentrou sob os olhares dos atores hegemônicos, ou seja, de maneira eurocêntrica e, deste modo, funcionando enquanto um instrumento de dominação. No entanto, há algum tempo, segundo o autor, tem se percebido a crescente utilização da cartografia por grupos não hegemônicos e apropriação do instrumento cartográfico, alterando a forma de produzir e, deste modo, atrelando à valorização espacial por movimentos sociais, por exemplo.

Para tanto, paradoxalmente à atitude repressora do Estado em desqualificar produtos de cartografia social, está a cartografia participativa enquanto exemplo em alguns casos pontuais em que algumas instituições em aliança com o Estado e as necessidades de desenvolvimento de políticas públicas, se constitui enquanto possibilidade de elucidação de necessidades da comunidade, ou seja, uma interlocução pela qual se tensiona as decisões estatais acerca de políticas públicas por parte da comunidade.

Se, para Santos (2011) a cartografia – exemplo prático de instrumentalização de conceitos – é essencial para o tensionamento do Poder hegemônico, Harley (2009) pode colaborar a respeito:

A história dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais, e como uma forma de saber espacial. (HARLEY, 2009, p. 19)

Santos (2011) e Harley (2009) são incisivos a respeito da cartografia enquanto um instrumento de execução de um poder pautado na heteronomia, ou seja, em uma relação desigual entre dois sujeitos que, para os autores, são o Estado e a população, ao longo da história, apontado para a direção dos interesses hegemônicos. Porém, também são claros acerca da apropriação do instrumento por movimentos sociais e outros setores da sociedade marginal, enquanto uma alternativa à hegemonia e o alcance próximo à centralidade do poder.

Ao longo do texto, o objetivo se traçou de modo quase que linear, em compreender pontualmente, mesmo que não profundamente, cada um dos conceitos aqui propostos e a relação de cada um, quando atrelados sempre ao conceito-chave desta reflexão; o poder. Posteriormente, cuidei de exemplificar o modo como tais conceitos podem ser instrumentalizados de maneira a tensionar o poder hegemônico que, para Weber (2003) se concentra em três formas de dominação legítimas; dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática.

Longe de propor esgotar as discussões deste campo específico de saber, a proposta aqui é pautada na noção de ‘ponto de partida’ para reflexões geográficas. Se, atualmente, temos acessado na literatura da Geografia concepções muito atuais acerca de espaço, escala e lugar e, sobretudo, a relação dos conceitos com o conceito muito pautado por autores como Bourdieu (1989, 2008) e Raffestin (1993), o conceito de poder, esse texto propõe também colaborar para as leituras



específicas, estabelecendo diálogo com alguns autores que, assim como outros tantos, colaboram para o enriquecimento do saber geográfico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve ensaio tratou especificamente de abordar alguns conceitos em que a Ciência Geográfica tem se debruçado ao longo de seu desenvolvimento. A reflexão acerca destes conceitos e a possível relação de se estabelecer entre os mesmos, nos permitem inferir de modo mais complexo nossos olhares (e representações) do social.

Conforme Massey (2004) nos propõe, o espaço, conceito-chave da geografia, é um dos conceitos que permitem nossos mais cuidadosos olhares sobre fenômenos em específico. É na tríade estabelecida pela autora, de que o espaço é resultante de interações, é múltiplo e dinâmico, que podemos perceber as relações sociais enquanto componente fundamental para a composição de uma realidade (em qualquer escala).

Para além, a relação entre os conceitos de espaço, lugar, escala e, o que podemos considerar enquanto pilar para a sustentação das compreensões aqui apresentadas a respeito destes, o conceito de poder, é capaz de nos demonstrar os possíveis caminhos a se tomar no fazer Geografia, sobretudo quando da análise de fenômenos cotidianos e a respeito da sociedade.

Obviamente, a presente reflexão não pretende em nenhum momento atingir o ápice das discussões acerca dos conceitos apresentados, tampouco é significada por todos os autores e autoras que discutem na atualidade tais conceitos, pois necessitaria de muitas mais páginas e alguns anos de reflexão profunda. No entanto, ao corresponder os conceitos com exemplos práticos de apropriação dos mesmos enquanto ferramentas ou, simplesmente, como 'fazer cotidiano', notamos que a existência destes conceitos ultrapassa os 'muros' da ciência e, por suposto, da Academia.

Assim, este texto pretendeu colaborar para o escopo teórico científico geográfico, enquanto um ponto de partida para se pensar de maneira mais qualitativa a respeito de fenômenos sociais que correspondem a perguntas que possam surgir e serem respondidas (de modo a gerar novos questionamentos) com a utilização destes conceitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 313 p.

\_\_\_\_\_. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 9ª Ed., 2008, p. 13 – 33.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In: Geografia: Conceitos e Temas*. ORG: CASTRO, Iná Elias de. et Al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 2ª Ed. 356 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. *In: MENDONÇA, Francisco et. al. (ORG.) Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Ademadan Antonina, 2009, 13 – 30p.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Revista Confins, 2009, 24 p.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In: ARANTES, Antonio A. O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000, p. 176 – 185.

\_\_\_\_\_. **Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas considerações**. Revista GEOgraphia, nº 12, 2004, p. 07 – 23.

\_\_\_\_\_. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2008, 312p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. A geografia política: A questão da escala. *In: SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Agendas e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*. (Tese de Doutorado) Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 84 – 133.

\_\_\_\_\_. **Ativismos cartográficos: Notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. Costa Rica: Revista Geográfica de América Central, 2011, p. 1 – 17.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. *In: COHN, Gabriel. (Org.) Sociologia*. São Paulo: Ática, 2003, p. 128 – 141.